

UMA CONVERSA
COM...

SÓNIA ALMEIDA

GARANTIA PARA A INFÂNCIA



8 DE NOVEMBRO DE 2025

DOCUMENTO DE CONCLUSÕES

A Conversa



Maria José Guerreiro

Boa tarde. Sou técnica do Núcleo Distrital de Évora da EAPN Portugal. Hoje contamos com a presença da Dr.ª Sónia Almeida, Coordenadora Nacional da Garantia para a Infância, a quem agradecemos desde já a disponibilidade para participar nesta iniciativa.

Para começar, gostávamos de lhe colocar algumas questões sobre a implementação da Garantia para a Infância em Portugal. Após a divulgação do programa, quais são, na sua perspetiva, os principais desafios? Qual é o ponto de situação atual e o que podemos esperar nos próximos anos? E que papel espera dos diferentes intervenientes sociais neste processo?

Sónia Almeida

Boa tarde a todas e todos. Antes de mais, agradeço o convite e deixo um cumprimento especial à EAPN de Évora. Tenho participado recentemente em várias iniciativas promovidas pela EAPN, o que demonstra o interesse e o compromisso da rede com o combate à pobreza. Aproveito também para reconhecer o trabalho que a EAPN tem desenvolvido ao longo de muitos anos nesta área.

A Garantia para a Infância representa uma oportunidade importante para refletirmos sobre um objetivo muito ambicioso: quebrar o ciclo da pobreza infantil. Sabemos que é durante a infância que existe maior potencial para alterar trajetórias de vida. Muitas vezes ouvimos dizer que quem nasce pobre tende a permanecer nessa condição. No entanto, é precisamente nesta fase da vida que podemos intervir para contrariar essa realidade.

Neste contexto, todos os profissionais que trabalham na área da intervenção social têm um papel fundamental. Quando falamos de ação social não estamos a referir-nos apenas à Segurança Social. A intervenção social envolve várias áreas, como a saúde, a educação ou a habitação. Todos os profissionais que atuam nestes domínios contribuem para criar condições que permitam às crianças crescer com igualdade de oportunidades.

A criança que está no centro da Garantia para a Infância é a criança em situação de vulnerabilidade, ou seja, aquela que enfrenta barreiras no acesso a serviços essenciais devido à pobreza ou à exclusão social.

Maria José Guerreiro



Pode explicar-nos de que forma surgiu a Garantia para a Infância e qual o enquadramento desta iniciativa?

Sónia Almeida

A Garantia para a Infância é uma iniciativa de política pública europeia. Muitas vezes é referida como um projeto ou programa, mas trata-se, na realidade, de uma recomendação política da União Europeia que foi adotada por todos os Estados-Membros.

Esta iniciativa surgiu da constatação de que a pobreza infantil continua a ser um problema persistente em vários países europeus. Em Portugal, cerca de 20% das crianças vivem em situação de pobreza ou risco de pobreza.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer os progressos alcançados nas últimas décadas. Se pensarmos nos últimos cinquenta anos, sobretudo desde o 25 de Abril, houve melhorias muito significativas nas condições de vida das crianças em Portugal. Antigamente era comum ver crianças a ir descalças para a escola, algo que hoje praticamente não acontece. Estes avanços mostram que o progresso é possível e devem motivar-nos a continuar a melhorar as condições de vida das crianças.

A Garantia para a Infância foi aprovada pelos 27 Estados-Membros da União Europeia em junho de 2021, durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Em Portugal, a implementação começou com a aprovação do Plano de Ação Nacional, em janeiro de 2023, que estabelece o período de execução até 2030.

O principal objetivo é reduzir em cerca de **160 mil o número de crianças em risco de pobreza ou exclusão social até 2030.**

Maria José Guerreiro

Quais foram os principais desafios na elaboração do Plano de Ação e no diagnóstico da pobreza infantil?

Sónia Almeida

Um dos desafios foi precisamente a necessidade de olhar para a pobreza infantil de uma forma mais abrangente. Tradicionalmente, as análises baseiam-se sobretudo em indicadores de rendimento. No entanto, a Garantia para a Infância propõe uma abordagem multidimensional.



Isso significa considerar não apenas os rendimentos das famílias, mas também o acesso das crianças a serviços essenciais, como educação, saúde, habitação, alimentação adequada e oportunidades de participação social.

A qualidade de vida das crianças pode variar muito consoante o território onde vivem. Por isso, torna-se fundamental compreender a realidade de cada município.

Neste contexto, os diagnósticos locais são particularmente importantes. A rede social e os Conselhos Locais de Ação Social constituem espaços privilegiados para essa análise, envolvendo diferentes entidades: serviços públicos, autarquias, instituições sociais e outros parceiros locais.

Maria José Guerreiro

Que papel atribui aos municípios e às redes locais na implementação da Garantia para a Infância?

Sónia Almeida

O nível local tem um papel absolutamente central. O combate à pobreza infantil exige uma intervenção articulada entre diferentes áreas: saúde, educação, habitação e proteção social.

Com o processo de descentralização de competências, os municípios assumem hoje uma responsabilidade ainda maior na identificação das necessidades e na definição de respostas adequadas.

Os diagnósticos locais devem permitir identificar as principais barreiras que as crianças enfrentam no acesso aos serviços essenciais e orientar a implementação de medidas que respondam às necessidades concretas de cada território.

Maria José Guerreiro

Existem grupos de crianças que enfrentam riscos acrescidos de pobreza ou exclusão social?

Sónia Almeida

Sim. A Garantia para a Infância identifica alguns grupos de crianças particularmente vulneráveis, como crianças migrantes, crianças com deficiência, crianças em famílias monoparentais ou crianças que vivem em contextos de pobreza persistente.

Nestes casos, as dificuldades no acesso a serviços essenciais podem ser ainda maiores, o que exige respostas específicas e adaptadas às suas necessidades.

Maria José Guerreiro

Existe algum prazo definido para a realização dos diagnósticos locais no âmbito da Garantia para a Infância?

Sónia Almeida

Mais do que um prazo específico, importa sublinhar a urgência deste trabalho. Cada dia que passa representa tempo perdido para muitas crianças que continuam a enfrentar dificuldades no acesso a serviços essenciais.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que cada município tem ritmos e realidades diferentes. Alguns já dispõem de diagnósticos sociais atualizados no âmbito da rede social; outros estão ainda a iniciar esse processo.

O mais importante é que estes diagnósticos integrem a perspetiva multidimensional da pobreza infantil e coloquem as crianças no centro da análise.

Maria José Guerreiro

Durante o trabalho desenvolvido nos territórios, que exemplos de desafios concretos têm sido identificados?

Sónia Almeida

Um exemplo refere-se à situação de famílias com crianças pequenas que frequentam creche. Em alguns territórios, o encerramento das creches durante o mês de agosto pode criar dificuldades às famílias, sobretudo quando estas trabalham em atividades sazonais, como a agricultura.



Nestes casos, as soluções devem ser discutidas a nível local, envolvendo diferentes parceiros da rede social, de forma a encontrar respostas ajustadas à realidade do território.

Maria José Guerreiro

Que papel podem desempenhar os projetos CLDS na implementação da Garantia para a Infância?

Sónia Almeida

No novo ciclo do CLDS foi introduzida a figura do **gestor da infância**, precisamente para reforçar a intervenção na área da prevenção e combate à pobreza infantil.

Este gestor deve trabalhar em articulação com o Núcleo Local da Garantia para a Infância e com os restantes parceiros do território, contribuindo para o desenvolvimento de ações dirigidas às crianças e famílias em situação de vulnerabilidade.

O objetivo é reforçar a intervenção no terreno e promover respostas mais eficazes e ajustadas às necessidades identificadas.

Maria José Guerreiro

Estamos a aproximar-nos do final da sessão. Gostaria de deixar alguma mensagem final?

Sónia Almeida

Gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de participar nesta conversa. O combate à pobreza infantil exige o contributo de todos: instituições, técnicos, autarquias e comunidade.

O trabalho em rede é essencial para identificar problemas, partilhar soluções e construir respostas que permitam melhorar efetivamente a vida das crianças.

Maria José Guerreiro

Agradecemos muito a sua participação e a partilha de conhecimento nesta sessão.

Ana Lopes

Em nome da EAPN Portugal, agradeço à Dr.ª Sónia Almeida pela disponibilidade e a todos os participantes pela presença. Foi uma sessão muito enriquecedora e esperamos continuar a refletir sobre este tema em futuras iniciativas.